

---

## **A Feira Beco do Inferno como lugar do empoderamento social: uma reflexão sobre pertencimento à cidade, os encontros e a comunicação.<sup>1</sup>**

Flávia ZENE BRE<sup>2</sup>  
Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP

### **RESUMO**

O trabalho objetiva apresentar a Feira Beco do Inferno de Sorocaba/SP, a partir dos estudos da Folkcomunicação, como um local de empoderamento social, dos encontros e da comunicação interpessoal e práticas socioculturais populares. Para tanto, utiliza pesquisa bibliográfica de cunho analítico para entender o papel da Feira no empoderamento social e na comunicação urbana. O estudo discute como eventos em espaços públicos podem promover o sentimento de pertencimento à cidade, destacando a importância do espaço urbano nas relações sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Folkcomunicação; Feira Beco do Inferno; empoderamento social; espaço urbano.

### **Resumo expandido**

O trabalho, parte da dissertação em andamento, tem como objetivo apresentar a Feira Beco do Inferno como local do empoderamento social, dos encontros, da comunicação interpessoal e das práticas socioculturais populares. Para tanto, utiliza-se de pesquisa bibliográfica de cunho analítico para compreender qual o papel da Feira na busca pelo empoderamento social, com um olhar para a comunicação na urbe, baseada em autores como Joice Berth, Milton Santos, Néstor García Canclini, entre outros que complementam as reflexões. Como resultado busca reforçar como os eventos em espaços públicos podem contribuir para o processo de pertencimento à cidade.

A composição do trabalho consiste na compreensão do conceito de empoderamento social e na apresentação da Feira Beco do Inferno como ferramenta para obtenção desse empoderamento, a partir da comunicação e práticas socioculturais populares. O espaço urbano é manifestado como o âmago das (re)produções sociais, é nele que acontecem as relações que permitem enxergar a cidade como um organismo vivo. Berth (2023) apresenta ser possível perceber que, em nome do progresso, o cenário das médias e grandes cidades ganha uma nova face: espaços destinados às

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Folkcomunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduada em Design pela Universidade de Sorocaba. Aluna de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba. E-mail: flavia.zenebre.fvz@gmail.com

---

interações entre pessoas passam a locar prédios e empreendimentos, comércios e estacionamento. A ideia de progresso está em garantir os processos de melhorias nas metrópoles, no entanto, essas melhorias não estão, necessariamente, servindo à cidade.

As novas configurações das cidades são abordadas por Berth (2023) como agente potencializador para a degradação do espaço social, permitindo a construção e a estimulação do individualismo e reafirmam a hierarquização social. A deterioração do espaço urbano se relaciona com a da sociedade: as cidades não possuem mais espaços para que as pessoas circulem e permaneçam, impossibilitando a construção do sentimento de comunidade e vizinhança.

Esse sentimento de comunidade está relacionado ao quanto os indivíduos se movimentam, acessam e ocupam o espaço urbano. Na concepção de Milton Santos (2002), os espaços das cidades são construções muito mais sociais do que geográficas e mesmo que diferentes sujeitos e sujeitas possuam condições de vida semelhantes, seu “valor” e seus acessos à educação, saúde e lazer serão medidos de acordo com seu local de moradia. A mobilidade urbana, de acordo com Santos (2002), é uma peça-chave para entender as características da sociedade urbana. No contexto da circulação e permanência nas cidades, a mobilidade urbana se apresenta como agente segregador, uma vez que os polos de entretenimento que eram os espaços públicos, como praças e parques, tornam-se privados, como shoppings e eventos privativos, demandando a compra de ingressos, ou seja, quanto mais distante o local de moradia do indivíduo, maior será o uso do transporte público e, por consequência, maior será o valor gasto com mobilidade. Berth (2023), ainda, sinaliza que esse processo é muito mais penoso para quem mora na periferia e precisa se deslocar para garantir acesso à cidade.

A segregação do espaço urbano por parte da mobilidade é uma ação, segundo Berth (2023), para promover o confinamento social voluntário, separando o “nós” e “eles”. Esse confinamento se dá pela privatização dos acessos aos espaços de lazer (e não só), fazendo do consumo o agente ordenador do espaço geográfico e da vida cotidiana. Também é possível enxergar o confinamento social voluntário nas formas de moradia, na verticalização das cidades e nos grandes condomínios fechados na busca pelo sentimento de segurança dos ambientes privados, mesmo que haja a promoção de uma violência naturalizada, uma vez que esse tipo de confinamento serve para minimizar o contato humano com o meio externo. Para Calderia (1997), as novas estruturas das cidades, criadas com base no medo, formam novas desigualdades,

---

propiciam a separação de grupos e quebram processos de sociabilização no espaço público.

Quando se pratica a exclusão sistemática de algumas pessoas de certas áreas e quando não mais se supõe que diferentes grupos sociais devam interagir no espaço público, referências a princípios universais de igualdade e liberdade na vida social não são mais possíveis, nem mesmo como ficção. (CALDERIA, 1997, p.175)

As ações de segregação e promoção da exclusão social no espaço urbano acarretam, em certa medida, um caos social e este está indissociável ao caos urbano. Para Berth (2023), “a cidade não é de todos, para todos e por todos. Não é das mulheres, da negritude, dos indígenas, dos LGBTQIA+, ou seja, não é dos grupos minoritários quando evidenciamos o acesso a direitos e poderes sociais” (BERTH, 2023, p.26). Lutar por cidades mais justas e equilibradas é uma ação política e, reforçado por Berth (2023), o direito à cidade está em questionar os símbolos que permeiam o espaço urbano e perpetuam discursos racistas, feminicidas e etnocistas ao pensar nas questões de habitação e moradia, acesso à terra urbanizada, qualidade de vida, nas relações humanas, nos acessos metropolitanos e outros. Para Calderia (1997), quando moradores excluídos entendem seu direito à cidade, podem transformar seus bairros e cidades e, por consequência, melhorar a qualidade de vida nos espaços que frequentam.

Neste contexto, é possível pensar num diálogo entre o direito à cidade e o empoderamento social. Na concepção de Berth (2023), o empoderamento parte do questionamento e confronto das ideias de poder e dos sistemas de dominação e sinaliza o poder social como a capacidade de criar e manipular decisões que podem alterar ou consolidar as dinâmicas sociopolíticas e econômicas do espaço urbano.

O empoderamento deve ser trabalhado, segundo Berth (2023), dentro das cidades, de forma individual e coletiva, articulando a cidade e o cidadão, uma vez que a existência da cidade está ligada à do cidadão. Ainda, para Berth (2023), o indivíduo se torna cidadão mediante a um exercício político nas cidades, e a cidade é o local onde a cidadania se constitui.

Para pensar no processo de empoderamento social, é necessário que haja preocupação com o sentimento de pertencimento à cidade e quais imagens os sujeitos e sujeitas criam ao ocupar o espaço urbano, como se enxergam nesse espaço e se são capazes de criar esse sentimento. Berth (2023) sinaliza o desequilíbrio do sentimento de pertencimento à cidade quando alguns se sentem “donos” dos espaços pela acumulação do poder socioeconômico, enquanto outros se sentem desprovidos de influência ou voz

---

ativa quanto ao uso dos mesmos espaços. A grande questão das políticas culturais urbanas, para Canclini (1997), está em entender o que significa pertencer a uma cidade.

Para além das práticas do urbanismo tátil, do incentivo às artes urbanas, ao tratamento de calçadas e a escolha de mobiliário, Berth (2023) expõe a participação e decisão sobre o rumo das políticas urbanas, a contribuição de resgate da autoestima e sentimento de pertencimento, e a consciência profunda sobre a construção do espaço urbano como formas de contribuição para o processo de empoderamento.

Nesse sentido, a Feira Beco do Inferno, evento organizado por artistas, artesãos e pequenos produtores da cidade de Sorocaba-SP, procura resgatar a relação dos sujeitos e sujeitas com a cidade, tendo como princípio a manualidade e os processos artesanais, a afetividade e a visibilidade de produções e criações locais. Na Feira acontece o encontro entre diversos grupos sociais, produzindo e reproduzindo diferentes práticas socioculturais no mesmo espaço e ao mesmo tempo. Ao ocupar a Praça Frei Baraúna, marco simbólico para a cidade, a Feira trabalha ativamente na criação do sentimento de pertencimento e empoderamento ao permitir a facilitação do acesso ao espaço, localizado no centro da cidade e próximo a pontos e terminais de ônibus.

Canclini (1997), ainda, reforça que as redes de interação e comunicação das cidades ocorrem dentro dos próprios bairros e essas interações só abrem para a cidade quando os habitantes têm a necessidade de atravessá-la nas viagens ao trabalho, durante a realização de um negócio ou durante a busca de um serviço, portanto, a Feira se configura como acessível aos moradores de diferentes localidades, sendo rota fácil para a população que depende do transporte coletivo para se deslocar até a área central.

No que se refere à comunicação e a distribuição de informações, Santos (2002) afirma que as grandes cidades detêm o poder de informação e que a divisão dos espaços na urbe também ocorre pela distância comunicacional. Para Santos (2002), os meios de comunicação de massa perpetuam a desigual distribuição de informação, e, ainda de acordo com o autor, “por conseguinte, a informação fabricada é econômica e geograficamente concentrada” (SANTOS, 2002, p.118)

A fim de resistir à concentração de informações, na Feira Beco do Inferno ainda acontecem espaços de trocas de ideias, diálogos abertos sobre temas emergentes na sociedade sorocabana por meio da comunicação interpessoal e da cultura popular. O sistema que opera a comunicação junto aos elementos populares é denominado Folkcomunicação, explicado por Beltrão (1980) como um processo horizontal e

---

popular, utilizando de artefatos do cotidiano para produzir comunicações através de agentes-comunicadores. Os agentes são, em sua maioria, pessoas que possuem certo prestígio na comunidade e que estão em movimento nas cidades, atuando como tradutores de ideias e informações. Essa troca entre quem produz e quem consome cria, de certa forma, um ambiente de afetividade e compartilhamento, fazendo com que a compra de um produto artesanal vá além do ato de consumo, mas de levar um pouco do conhecimento e afetividade do produtor para si.

A Feira Beco do Inferno não possui patrocínio de empresas privadas e não possui colaboração e apoio do poder público, é organizada pela população e para a população como forma de equiparar as distâncias promovidas pela nova organização urbana e pela segregação espacial apoiada nas relações de mobilidade. Viabiliza, também, o importante trabalho dos agentes-comunicadores ao proporcionar um espaço propício para os encontros e debates; atua na promoção da sociabilidade a partir da ocupação do espaço público e se impõe como lugar do empoderamento, da comunicação interpessoal e das práticas socioculturais e populares.

## REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, L. **Folkcomunicação**: a comunicação dos marginalizados. Cortez Editora, 1980.
- BERTH, J. **Se a cidade fosse nossa**: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades. Paz&Terra, 2023.
- CALDERIA, T. P. R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo: n. 57, p. 155-176, 1997.
- CANCLINI, N. Políticas Culturais Urbanas na América Latina. In: **Consumidores e Cidadãos** (p. 101-113). Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.
- SANTOS, M. Lugar e valor do Indivíduo. In: **O espaço do cidadão**, p.107-120. São Paulo: Studio Nobel, 2002.